



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

**EDITAL DO PROAD Nº 30137/2019-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de eventual execução de serviços de instalação de divisórias, portas, vidros e demais acessórios, a serem utilizados nas Unidades deste Tribunal, conforme especificações e condições expressas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital.

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

Registro de Preços: Sim Possibilidade de Adesão: **Não**

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 1.332.853,05

Data e local da disputa: 30/04/20, até as 14h00, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

Licitação nº: 30137/2019

Vistoria: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Lauda/Certificado: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio proposta e documentação por meio eletrônico		2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema	
Pedido de esclarecimentos	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão	Impugnação	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones

(19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2521/2523/2580



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

EDITAL DO PROAD Nº 30137/2019-1

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

- | | |
|--|--|
| a. Início da disputa de preços: | 30/04/2020, às 14h00 |
| b. Local da Disputa: | Portal de Compras do Governo Federal -
www.comprasgovernamentais.gov.br |

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de eventual execução de serviços de instalação de divisórias, portas, vidros e demais acessórios, a serem utilizados nas Unidades deste Tribunal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seu Anexo I – Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.4.2. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.4.3. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item/grupo;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta Atualizada, conforme Anexo II ao Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Inexistindo microempresa interessada, havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1. prestados por empresas brasileiras;

7.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

7.26.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.1.1. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observados os valores estimados por este Tribunal (Anexo I).

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme anexo deste Edital.

8.2.1. A Proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.2.2. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens da Proposta não caracteriza motivo suficiente para a sua desclassificação, desde que não contrariem exigências legais.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.3.3.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as propostas readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante poderá ser verificada por meio do SICAF, ou por diligência do pregoeiro nos sites competentes atestadores da situação a ser observada, ou por meio dos documentos enviados pelo licitante em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

- 01) R\$ 33.000,00 (trinta e três mil Reais) – Grupo 1
- 02) R\$ 13.000,00 (treze mil Reais) – Grupo 2
- 03) R\$ 13.000,00 (treze mil Reais) – Grupo 3
- 04) R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais) – Grupo 4
- 05) R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais) – Grupo 5
- 06) R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais) – Grupo 6
- 07) R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais) – Grupo 7
- 08) R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais) – Grupo 8.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de instalação de divisória com fornecimento de material de ao menos 30m² de divisória.

9.11.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.11.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.1. As assinaturas de quaisquer termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-ão, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD e nas condições e termos especificados no Edital ou facultativamente por meio físico.

15.2.2. A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.3. O prazo estabelecido no subitem 15.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

16.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

16.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2.5. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.2.6. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

I - não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

II - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada

23.12.3. ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preços

24. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 14 de abril de 2020.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de preços para a contratação de eventual execução de serviços de instalação de divisórias, portas, vidros e demais acessórios, a serem utilizados nas Unidades deste Tribunal, conforme especificações e condições expressas neste Termo de Referência, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

1. Quantidades previstas em cada localidade:

Item	Descrição	Un	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
1	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal	Unid.	100	10	10	10	10	10	10	10
2	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais)	Unid	50	25	25	25	25	25	25	25
3	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal	M²	2000	250	250	250	250	250	250	250
4	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material	M²	1500	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000



	pela contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais)									
5	Desmontagem de paredes de divisórias - desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	M ²	2000	400	400	400	400	400	400	400
6	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4 mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	M ²	25	25	25	25	25	25	25	25

2. Locais de prestação dos serviços:

2.1 - Circunscrição I (Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré, Vinhedo).

2.2 - Circunscrição II - (Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê).

2.3 - Circunscrição III (Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba).

2.4 - Circunscrição IV (Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Morro Agudo, Orlandia, Pirassununga, Porto



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga).

2.5 - Circunscrição V (Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis).

2.6 - Circunscrição VI (Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Teodoro Sampaio, Tupã).

2.7 - Circunscrição VII (Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga).

2.8 - Circunscrição VIII (Avaré, Bariri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo).

NOTA: Os endereços e telefones de cada localidade estão disponíveis no site do TRT em: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas> e em <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-sedes>.

3. Especificação dos Serviços:

3.1. Instalação de painéis de divisórias, com medidas de 2,11 x 1,20 m, espessura de 35 mm, complementados com bandeiras em divisória, formando o conjunto painel e painel, para o fechamento total até a altura do pé direito;

3.2. Instalação de painéis de divisórias, com medidas de 2,11 x 1,20 m, espessura de 35 mm, com requadros e baguetes (NBV1 e NBV2) para a instalação de vidros, tipo cristal, de 4 mm, formando o conjunto painel vidro até a altura do pé direito;

3.3. Instalação do conjunto painel vidro até a altura do pé direito, ou seja, instalação de painel de divisória, com medidas na altura 1,10 m, vidro, tipo cristal, de 4 mm, com medidas de 1,00 m, bandeira de divisória, com altura até o pé direito;

3.4. Instalação de painéis de divisória, nas medidas de 1,60 de altura x 1,20 m de largura, com abas em "L" nas extremidades, para reforço e sustentação;

3.5. Requadramento para visor de porta, nas medidas de 40 x 20 cm, e instalação de vidro, tipo cristal, de 4 mm;

3.6. Instalação de portas, com medidas de 2,11 x 0,82 m, afixadas com 3 dobradiças, bem como dos requadros, batentes e fechaduras; abertura no batente para encaixe da lingueta.

3.7. Instalação de colunas de fechamento quando necessário;

3.8. Fabricação de balcões de divisória, contendo tampo, pés e prateleiras;

3.9. Após a execução dos serviços a área deverá ser totalmente limpa com remoção de todas as sobras e restos de materiais, sendo o descarte às expensas da Contratada e de acordo com o Guia de Sustentabilidade (Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e alterações posteriores).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

3.10. Quando da prestação dos serviços de instalação de divisórias, será feita análise no local de cada instalação, momento em que será avaliado o alinhamento, o prumo, o recorte dos perfis no esquadramento, ajustes de portas, acabamento de toda instalação sem rebarbas ou cantos vivos, como condições a serem preenchidas para o recebimento definitivo dos serviços.

3.11. Ressalte-se que a análise de qualidade citada no tópico "3.10" acima será realizada pelo servidor da coordenadoria de manutenção em cada local de instalação e pelos técnicos em manutenção do Tribunal, a cada prestação de serviços, a cada vez em que houver a entrega dos serviços executados, como condição para o recebimento definitivo dos mesmos.

3.12. Ainda, não lavraremos laudo ou declaração alguma quando os serviços estiverem realizados a contento, manifestando-nos por escrito apenas se necessário, quando for constatada a existência de defeitos.

4. Relação de Materiais:

Item / Descrição

4.1- Coluna de fechamento em aço, 16 mm, com 03 metros de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.2- Dobradiça para porta em divisória 3 ½", na cor preta.

4.3- Fechadura para porta em divisória, com a maçaneta tipo alavanca, com fechamento externo e interno através de chaves, tráfego médio, segurança média, dist. Broca 40 mm, na cor preta. (Marca: Arouca/ modelo Victoria E /10844940-Z-EP – Preta)

Há a necessidade que se adquira exatamente conforme está no descritivo, mesma marca e modelo. As maçanetas das portas com eixo vertical devem ser do tipo alavanca, possibilitando sua operação em um único movimento sem exigir demasiado esforço, e instaladas em altura entre 0,90 m a 1,10 m em atendimento a padronização em uso nas edificações deste Tribunal.

4.4- Pannel de divisória, em chapa contra placada, na cor areia jundiá, medindo 2,11 metros x 1,20 metro, parte interna de papelão, disposto em formato colmeia e o encabeçamento em madeira tratada.

4.5- Perfil "H" em aço, código NTR, com 1,18 metros de comprimento, pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.6- Perfil "H" em aço, código NTR, com 3,00 metros de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.7- Perfil "U" em aço, código N19, medindo 3,00 metros de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.8- Perfil aço preto tipo requadro para vidro (baguete), código NBV1, medindo 1,18 metros, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

4.9- Perfil aço preto tipo requadro para vidro (baguete), código NBV2, medindo 1,18 metros, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.10- Perfil em aço tipo batente para porta, medindo 0,82 m de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta

4.11- Perfil em aço tipo batente para porta, medindo 2,11 m de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.12- Perfil em aço tipo requadro para porta, medindo 0,82 m de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.13- Perfil em aço tipo requadro para porta, medindo 2,11 m de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta.

4.14- Porta em chapa contra placada, padrão mogno, medindo 2,11 x 0,82 m, parte interna de papelão, disposto em formato colmeia e o encabeçamento com madeira tratada.

4.15- Porta em chapa contra placada, na cor areia jundiá, medindo 2,11 x 0,82 m, parte interna de papelão, disposto em formato colmeia e o encabeçamento com madeira tratada.

4.16- Tapa canal em aço, 16 mm, com 03 m de comprimento, com pintura epóxi poliéster pó, na cor preta, para coluna de fechamento.

4.17- Bucha S7 (fornecidos pela contratada).

4.18- Rebite de 1/8 (fornecidos pela contratada).

4.19- Parafusos próprios (fornecidos pela contratada).

4.20- Vidro 4mm transparente (fornecido pela contratada).

4.21- Baguete de espuma preto ou grafite, para fixação dos vidros (fornecido pela contratada).

5. Local e horário da prestação dos serviços

O local da prestação dos serviços conforme cidades relacionadas na descrição detalhada do objeto.

Endereço	Horário	Dias da semana / Outro	Agendamento
Os endereços de cada localidade poderão ser obtidos no site https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas	10h às 18h	Dias úteis, mas a depender da necessidade	Contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações, da Coordenadoria de Manutenção - telefone (19) 3231-9500, ramais 2267 ou 2268, das 12 h às 18 h -



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

		de do Tribunal, podendo ocorrer inclusive aos sábados, domingos e feriados	Também deverá ser agendado com os Diretores responsáveis das Unidades em: https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas
--	--	--	---

1. Execução de serviços com fornecimento de material pelo Tribunal: no máximo 10 dias para serviços de até 100 m², e acima de 100m², acrescentar por dia 50 m² de parede montada. Havendo a condição de empenho estimativo, o prazo será contado a partir da data do pedido do serviço via e-mail.

2. Execução dos serviços com fornecimento de material pela contratada: no máximo 20 dias para serviços de até 100 m², e acima de 100m² acrescentar por dia 50 m² de parede montada. Havendo a condição de empenho estimativo, o prazo será contado a partir da data do pedido do serviço via e-mail.

6. Histórico de consumo

Itens	Ata 93/2017	Ata 95/2017	Ata 20/2019	Ata 21/2019
Circunscrição 1				
1.1			25	
1.2	100		14	
1.3			500	
1.4	3.000		400	
1.5			200	
1.6	50		10	
Circunscrição 2				
2.1	200			
2.2				25
2.3	4.000			
2.4				500
2.5	4.000			125



Circunscrição 3				
3.2			8	
3.4			120	
3.5			108	
3.6			18	
Circunscrição 4				
4.2	10			2
4.4	230			35
4.5	130			
Circunscrição 7				
7.2		10		4
7.4		180		86
7.5		50		20
7.6		2		
Circunscrição 8				
8.1		13		
8.3		280		
8.5		235		

6.1. Estimativa de consumo:

Não há como estimar o consumo, tendo em vista a imprevisibilidade dos serviços.

6.2. Quantidade para Consumo Imediato:

Não há.

6.3. Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não há como estimar a periodicidade das aquisições.

6.4. Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não há.



7. Garantia do objeto

03 (três) meses para os serviços e 06 (seis) meses para os materiais

3. ORÇAMENTO ESTIMATIVO

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	100 un	115,00	11.500,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	50 un	460,00	23.000,00
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	2000 m ²	29,27	58.540,00
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1500 m ²	121,18	181.770,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	2000 m ²	28,04	56.080,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	158,25	3.956,25
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 1 (R\$)				334.846,25

GRUPO 2				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	127,50	1.275,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	553,33	13.833,25
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	30,05	7.512,50
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4 Relação de Materiais).	1000 m ²	99,80	99.800,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	27,61	11.044,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	162,25	4.056,25
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 2 (R\$)				137.521,00

GRUPO 3				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	127,50	1.275,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	486,55	12.163,75
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	30,08	7.520,00
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	102,76	102.760,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

05	Desmontagem de paredes de divisórias - desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	27,65	11.060,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	162,25	4.056,25
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 3 (R\$)				138.835,00

GRUPO 4				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	137,50	1.375,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	524,25	13.106,25
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	37,99	9.497,50
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	107,18	107.180,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias - desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	28,63	11.452,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	140,80	3.520,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 4 (R\$)				146.130,75



GRUPO 5				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	142,50	1.425,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	527,78	13.194,50
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	33,23	8.307,50
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	106,20	106.200,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	28,53	11.412,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por bagnetes de espumas na cor preta.	25 m ²	139,05	3.476,25
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 5 (R\$)				144.015,25

GRUPO 6				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	142,50	1.425,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	531,78	13.294,50



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	38,22	9.555,00
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	107,36	107.360,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	28,82	11.528,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	143,20	3.580,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 6 (R\$)				146.742,50

GRUPO 7				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	142,50	1.425,00
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	523,21	13.080,25
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	33,29	8.322,50
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	105,36	105.360,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	28,67	11.468,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	137,15	3.428,75
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 7 (R\$)				143.084,5

GRUPO 8				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un	126,18	1.261,80
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un	520,44	13.011,00
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²	32,74	8.185,00
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²	104,48	104.480,00
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²	28,35	11.340,00
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²	136,00	3.400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO 8 (R\$)				141.677,80

VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS GRUPOS (R\$)				1.332.853,05
---	--	--	--	---------------------



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

A) OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

1. O PRESTADOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

1.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata.

1.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

1.3. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

1.4. Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:

1) Manter as condições abaixo, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:

1.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

1.2) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;

2. O PRESTADOR também se obriga a(o):

2.1. Contatar o Tribunal pelos telefones da Seção de Adequação e Conservação da Coordenadoria de Manutenção - telefone (19) 3231-9500, ramais 2508 ou 2505, das 11h às 18h, ou pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br.

2.2. Em todos os serviços, fornecer materiais como buchas, parafusos, rebites, vidros e as espumas baguetes, sendo considerados como parte integrante dos serviços a serem prestados.

2.3. Na confecção de balcões com painéis e perfis de divisórias, contendo tampo, pés e prateleiras, cobrar o valor por m² de peças montadas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

2.4. Retirar e descartar toda sobra de material dos serviços prestados, que não for útil ao TRT, de acordo com as normas do guia de sustentabilidade (Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e alterações posteriores).

2.5. Equipar seus funcionários com todos os E. P. I. necessários na execução dos serviços, uniformizados, com crachás de identificação, ferramental, maquinários, escadas e andaimes quando necessário.

2.6. Serviços executados com material fornecido pelo Tribunal - serão serviços urgentes. Nesse caso os painéis, todos os perfis, portas, fechaduras e dobradiças serão entregues pelo TRT no local do serviço onde a contratada fornecerá a mão de obra especializada. Parafusos, buchas, rebites, e caso haja a necessidade de instalação de vidro, a contratada deverá fornecer e instalar o vidro e os baguetes de fixação.

2.7. Serviços executados com material fornecido pela Contratada - a contratada deverá fornecer todo material necessário para realização do serviço incluindo painéis, portas, todos os perfis, fechaduras, dobradiças e vidros, esse material terá que atender toda descrição constante no Item 2 (4. Relação de Materiais) deste documento.

B) RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR

1. O PRESTADOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços prestados.

2. O PRESTADOR responsabilizar-se-á pela qualidade do serviço prestado, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

C) OBRIGAÇÕES DO TRT

1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos serviços efetivamente prestados e definitivamente recebidos.

2. O TRT se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do PRESTADOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a prestação do serviço registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

1.1. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao PRESTADOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o PRESTADOR não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

1.1.1. Caso o PRESTADOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de execução do serviço.

1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PRESTADOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do PRESTADOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

6. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da prestação dos serviços, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso I, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenadoria de Manutenção do TRT.

2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do PRESTADOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo PRESTADOR no processo licitatório.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).

4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o PRESTADOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o PRESTADOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.

4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item "SANÇÕES", com a aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do PRESTADOR, refere-se aos trâmites interbancários.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que o PRESTADOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$;
onde:

EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = valor da prestação em atraso.

7. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos serviços prestados em atraso, contados a partir do último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento);
- as multas serão limitadas a 10%.

1.1. Os dias em atraso serão contados a partir daquele em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

1.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

1.3. Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

1.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

2. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do PRESTADOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

2.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do PRESTADOR. Inexistindo crédito em favor do PRESTADOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

3. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

4. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes obedecerão o disposto no item - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - do Edital.

5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao PRESTADOR o contraditório e a prévia defesa.

8. RESCISÃO

1. Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2. O atraso injustificado na prestação dos serviços por período superior a 10 (dez) dias, caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa do PRESTADOR.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

3. A rescisão deste contrato por culpa do PRESTADOR implicará multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do serviço não executado.

4. Esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

9. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

1. A prestação do serviço será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Coordenadora de Manutenção deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços.

2. A fiscalização de que trata este item:

- a) será exercida no interesse da Administração;
- b) não exclui nem reduz a responsabilidade do PRESTADOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo prestador, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

10. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA

1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o PRESTADOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O PRESTADOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

ANEXO II AO EDITAL - PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Grupo** para Registro de Preços visando a Contratação de eventual execução de serviços de instalação de divisórias, portas, vidros e demais acessórios, a serem utilizados nas Unidades deste Tribunal, conforme especificações e condições expressas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital, e nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	100 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	50 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	2000 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1500 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	2000 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 1 (R\$)				

GRUPO 2



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 2 (R\$)				

GRUPO 3				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 3 (R\$)				

GRUPO 4				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por	25 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	baguetes de espumas na cor preta.			
VALOR TOTAL – GRUPO 4 (R\$)				

GRUPO 5				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 5 (R\$)				

GRUPO 6				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela	25 un		



Poder Judiciário
 Justiça do Trabalho
 Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
 Coordenadoria de Licitações
 PROAD Nº 30137/2019-1

	Contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).			
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias - desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL - GRUPO 6 (R\$)				

GRUPO 7				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada - todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias - desmontagem de	400 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.			
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 7 (R\$)				

GRUPO 8				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 8 (R\$)				

Proposta válida por 120 (cento e vinte) dias.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA: _____

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ FAX: _____

E-MAIL: _____

CNPJ: _____

BANCO: _____

Agência nº: _____ Dígito: _____ Conta Corrente nº: _____ Dígito: _____

Local e data: _____

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

GRUPO ____				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
—	_____	—		
VALOR TOTAL - GRUPO ____				

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / 20__

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Secretária da Administração, _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria DG nº 01/2018, artigo 3º, publicada no DOE – Poder Judiciário – de 26/12/2018, portador(a) da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, PROAD nº 30137/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de eventual execução de serviços de instalação de divisórias, portas, vidros e demais acessórios, a serem utilizados nas Unidades deste Tribunal, especificados no Termo de Referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, prestador(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	100 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4.	50 un		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	Relação de Materiais).			
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	2000 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1500 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	2000 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 1 (R\$)				

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de	400 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.			
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 2 (R\$)				

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 3 (R\$)				



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 4 (R\$)				

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4.	25 un		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	Relação de Materiais).			
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL - GRUPO 5 (R\$)				

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de	400 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

	painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.			
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 6 (R\$)				

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 7 (R\$)				



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 30137/2019-1

Prestador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	Prazo de garantia ou validade
01	Montagem de porta com fornecimento de material pelo Tribunal.	10 un		
02	Montagem de porta com fornecimento de material pela Contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	25 un		
03	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pelo Tribunal.	250 m ²		
04	Montagem de painel de divisória com fornecimento de material pela contratada – todo material fornecido deve seguir as especificações do item 2 (4. Relação de Materiais).	1000 m ²		
05	Desmontagem de paredes de divisórias – desmontagem de painéis, perfis, portas e vidros e descarte de sobras dos mesmos.	400 m ²		
06	Fornecimento com instalação de vidro transparente, 4mm de espessura em paredes de divisórias, fixados por baguetes de espumas na cor preta.	25 m ²		
VALOR TOTAL – GRUPO 8 (R\$)				

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) prestador(es), observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) prestador(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O prestador que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do prestador será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do prestador.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do prestador.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais da prestação do serviço, tais como os prazos para execução e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do prestador registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campinas, ___ de _____ de 20__.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 30137/2019-1

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
(Representante Tribunal)

Nome Empresa
PRESTADOR

Responsável Legal da Empresa: _____
CPF: _____